



**Keyla Christina Almeida Portela
Alexandre José Schumacher
(Organizadores)**

Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira 2

Keyla Christina Almeida Portela
Alexandre José Schumacher
(Organizadores)

Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P964	<p>Produção científica e experiências exitosas na educação brasileira 2 [recurso eletrônico] / Organizadores Keyla Christina Almeida Portela, Alexandre José Schumacher. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira; v. 2)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-552-5 DOI 10.22533/at.ed.525192108</p> <p>1. Educação – Pesquisa – Brasil. 2. Professores – Formação – Brasil. I. Portela, Keyla Christina Almeida. II. Schumacher, Alexandre José. III. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 370.71</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2019

APRESENTAÇÃO

Os e-books intitulados “**Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira**” apresentam 6 volumes baseados em trabalhos e pesquisas multidisciplinares de diversos estudiosos da educação. A produção científica corrobora para o conhecimento produzido e difundido, além de fazer um papel de diálogo entre os pesquisadores e o meio científico.

Estas pesquisas têm como base os estudos multidisciplinares, que apresentam desafios em seu mapeamento, pois envolvem pesquisadores com distintas áreas de atuação. Diante desse cenário, a Atena Editora aglutinou em seis volumes uma grande diversidade acadêmico científica com vistas a uma maior contribuição multidisciplinar.

No primeiro volume encontramos trabalhos relacionados as vivências, práticas pedagógicas, desafios profissionais, formação continuada, bem como propostas de novas técnicas diante do cotidiano dos pesquisadores.

No segundo volume nos deparamos com estudos realizados no âmbito da educação especial, bullying, educação inclusiva e direitos humanos, bem como com políticas educacionais. Neste capítulo, buscou-se apresentar pesquisas que demonstrem aos leitores as experiências e estudos que os pesquisadores desenvolveram sobre os direitos e experiências educacionais.

No terceiro volume temos como temas: as tecnologias e mídias digitais, recursos audiovisuais, formação de jovens e adultos, currículo escolar, avaliação da educação, mudança epistemológica e o pensamento complexo. Neste volume, é perceptível o envolvimento dos pesquisadores em mostrar as diferenças de se ensinar por meio da tecnologia, e, também, com visão não reducionista, ou seja, o ensinar recorrendo a uma rede de ações, interações e incertezas enfrentando a diversidade humana e cultural.

No quarto volume, encontra-se diferentes perspectivas e problematização em relação as políticas públicas, projetos educativos, projetos de investigação, o repensar da prática docente e o processo de ensino aprendizagem. Os artigos aqui reunidos exploram questões sobre a educação básica abordando elementos da formação na contemporaneidade.

No quinto volume, apresenta-se pesquisas baseadas em reflexões, métodos específicos, conceitos e novas técnicas educacionais visando demonstrar aos leitores contribuições para a formação dos professores e as rupturas paradigmáticas resultante das experiências dos autores.

Para finalizar, o sexto volume, traz relatos de experiências e análises de grupos específicos visando demonstrar aos leitores vários estudos realizados em diversas áreas do conhecimento, sendo que cada um representa as experiências dos autores diante de contextos cotidianos das práticas educacionais sob diferentes prospecções.

À todos os pesquisadores participantes, fica nossos agradecimentos pela

contribuição dos novos conhecimentos. E esperamos que estes e-books sirvam de leitura para promover novos questionamentos no núcleo central das organizações educacionais em prol de uma educação de qualidade.

Keyla Christina Almeida Portela
Alexandre José Schumacher

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A AFETIVIDADE SOB O OLHAR DE DOCENTES DE UM CURSO DA ÁREA DA SAÚDE	
Eliane Caldas da Silva Marcele Pereira da Rosa Zucolotto	
DOI 10.22533/at.ed.5251921081	
CAPÍTULO 2	14
A AFRICANIDADE PRESENTE NA OBRA DE IRINEU RIBEIRO	
Abinair Maria Callegari	
DOI 10.22533/at.ed.5251921082	
CAPÍTULO 3	27
A EDUCAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ESTADO DO PARANÁ: A DÉCADA DE 1990	
Patricia da Silva Zanetti Isaura Mônica Souza Zanardini Lucia Terezinha Zanato Tureck	
DOI 10.22533/at.ed.5251921083	
CAPÍTULO 4	36
A IMPORTÂNCIA DA FESTA DO PINHÃO, PARA A VALORIZAÇÃO DA CULTURA NA COMUNIDADE SANTO ANTÔNIO, LINHA DOS POMERANOS, AGUDO/RS	
Kátia Fernanda Barrim Paz Natália Laura Prodorutti Ricardo Henrique Klüsener	
DOI 10.22533/at.ed.5251921084	
CAPÍTULO 5	48
A IMPORTÂNCIA DO ENVOLVIMENTO PATERNO NO DESEMPENHO ACADÊMICO INFANTIL	
Lisiane Pires Silva Daniela Neris Gonçalves Morgana Mariano Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.5251921085	
CAPÍTULO 6	64
A MESORREGIÃO NOROESTE FLUMINENSE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: UM ESTUDO DO PERFIL DEMOGRÁFICO E EDUCACIONAL DAS DESIGUALDADES DE UM BRASIL DESCONHECIDO	
Pablo Silva Machado Bispo dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.5251921086	
CAPÍTULO 7	78
A MÚSICA, O SOM E O SILÊNCIO NA CORPOREIDADE	
Ana Paula Silva Guimarães Wylka Aquino da Silva Alzenira de Carvalho Miranda Sônia Bessa	
DOI 10.22533/at.ed.5251921087	

CAPÍTULO 8	90
A PERSPECTIVA HISTÓRICA E POLÍTICA DA INTERDISCIPLINARIDADE PELO ENFOQUE DA EDUCAÇÃO	
Carmem Lúcia Albrecht da Silveira Munir José Lauer	
DOI 10.22533/at.ed.5251921088	
CAPÍTULO 9	102
A SUBVERSÃO DO CURRÍCULO: MÃE DE SANTO COM CURRÍCULO LATTES E OUTROS ENFRENTAMENTOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03 NO IFMS	
Guilherme Costa Garcia Tommaselli Gilmar Ribeiro Pereira Leandro Passos	
DOI 10.22533/at.ed.5251921089	
CAPÍTULO 10	114
ANÁLISE DO EQUILÍBRIO ESTÁTICO DE ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN	
Wanessa Eloyse Campos dos Santos Josielen de Oliveira Feitosa Meire Ferreira Pedroso da Costa Robson Alex Ferreira Ruth Alves de Souza Sandra Simone Silva Cruz Viviany da Silva Brughnago	
DOI 10.22533/at.ed.52519210810	
CAPÍTULO 11	124
APRENDIZADO DO BRAILLE: ACESSO AO CONHECIMENTO E POSSIBILIDADES DE INCLUSÃO	
Márcia Raimunda de Jesus Moreira Silva Diná Santana de Novais Lucimara Morgado Pereira Lima Luciana Costa Souza Marta Martins Meireles Nélia de Mattos Monteiro Tháise Lisboa de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.52519210811	
CAPÍTULO 12	138
AS AÇÕES EDUCACIONAIS DO GOVERNO FEDERAL DE INCLUSÃO PARA ALUNOS SURDOS NO ENSINO REGULAR: E AS IMPLICAÇÕES SÓCIOESPACIAIS	
Gilmar Oliveira da Silva Patrícia Almeida dos Santos Cristiane Oliveira dos Anjos	
DOI 10.22533/at.ed.52519210812	
CAPÍTULO 13	145
ATENDIMENTO A ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES E SUPERDOTAÇÃO: PROPOSTA DE POLÍTICA PARA REDES MUNICIPAIS DE ENSINO	
Kamile Lima de Freitas Camurça Gleíza Guerra de Assis Braga Antonio Nilson Gomes Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.52519210813	

CAPÍTULO 14	150
<i>BULLYING</i> E DIREITOS HUMANOS: UM DIAGNÓSTICO DA ESCOLA ESTADUAL ANTÔNIO EPAMINONDAS, CUIABÁ, MT	
Gilson Pequeno da Silva Deyvison Ronny da Silva Lopes Rodney Mario de Almeida Raquel Martins Fernandes Mota	
DOI 10.22533/at.ed.52519210814	
CAPÍTULO 15	156
COMO VAI O NOSSO TRÂNSITO?	
Jaci Lima	
DOI 10.22533/at.ed.52519210815	
CAPÍTULO 16	168
CONCEPÇÃO DE DIREITOS HUMANOS E VIOLAÇÕES DESSES DIREITOS NA ATUALIDADE	
Roberta Moraes Simione Denize Aparecida Rodrigues de Amorim	
DOI 10.22533/at.ed.52519210816	
CAPÍTULO 17	179
CONHECIMENTO E FORMAÇÃO AMBIENTAL DE ALUNOS DO NÍVEL MÉDIO DA UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE GUERRERO	
Herlinda Gervacio Jiménez Benjamín Castillo Elías	
DOI 10.22533/at.ed.52519210817	
CAPÍTULO 18	191
DESAFIOS E POSSIBILIDADES: CULTURA, MEMÓRIA E EDUCAÇÃO EM DUAS EXPERIÊNCIAS DE EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS	
Aruanã Antonio dos Passos Wilson de Sousa Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.52519210818	
CAPÍTULO 19	202
DESENVOLVIMENTO MOTOR DE UMA CRIANÇA COM MICROCEFALIA E PARALISIA CEREBRAL	
Josielen de Oliveira Feitosa Robson Alex Ferreira Wanessa Eloyse Campos dos Santos Ruth Alves de Souza Meire Ferreira Pedroso da Costa Sandra Simone Silva da Cruz Viviany da Silva Brughnago Victor da Cruz Valle	
DOI 10.22533/at.ed.52519210819	
CAPÍTULO 20	212
DIVISÃO DO TRABALHO EM CRECHES PÚBLICAS EM MEIO A DISPUTAS LEGAIS: O CASO DE MAUÁ/SP	
Sanny S. da Rosa Fernanda Feliciano de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.52519210820	

CAPÍTULO 21	233
“DO CÉU SÓ CAI CHUVA”: CULTURA E IDENTIDADE INDÍGENA	
Priscila Chuarts Alessio	
Márcia Andréa dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.52519210821	
CAPÍTULO 22	244
EARLY DIAGNOSIS TO THE PEDIATRICS CANCER: THE TELE-EDUCATION IN FAVOUR	
Mariana Boulitreau Siqueira Campos Barros	
Kayse Mariano Santos Barros	
Magaly Bushatsky	
Jocasta Bispo de Santana	
Vera Lúcia Lins de Moraes	
Raul Antônio Moraes Melo	
Paula Rejane Beserra Diniz	
Magdala de Araújo Novaes	
Helana Maria Ferreira Renesto	
DOI 10.22533/at.ed.52519210822	
CAPÍTULO 23	257
INVERTENDO PRIORIDADES NAS POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO EM MATO GROSSO	
Odorico Ferreira Cardoso Neto	
DOI 10.22533/at.ed.52519210823	
CAPÍTULO 24	273
EDUCAÇÃO INCLUSIVA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO DO CAMPO EM DOM PEDRITO	
Maria Helena Mena Dutra	
DOI 10.22533/at.ed.52519210824	
CAPÍTULO 25	288
EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA: UM TRABALHO EM CONSTRUÇÃO	
Liliane dos Guimarães Alvim Nunes	
Lavine Rocha Cardoso Ferreira	
Priscila Moreira Corrêa-Telles	
Lucianna Ribeiro de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.52519210825	
CAPÍTULO 26	297
ENSINO COLABORATIVO COMO PROPOSTA PEDAGÓGICA PARA O TRABALHO COM ALUNOS PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: ALGUMAS REFLEXÕES	
Gislene de Sousa Oliveira Silva	
DOI 10.22533/at.ed.52519210826	
CAPÍTULO 27	307
ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: POSSIBILIDADES DE MUDANÇAS	
Michelle Castro Silva	
DOI 10.22533/at.ed.52519210827	

CAPÍTULO 28	321
LETRAMENTO CARTOGRÁFICO NA GEOGRAFIA ESCOLAR: O <i>GOOGLE EARTH</i> COMO RECURSO DIDÁTICO NUMA PROPOSTA DE ENSINO HÍBRIDO	
Jonas Marques da Penha Andréa de Lucena Lira Alexsandra Cristina Chaves Rucélia Patricia da Silva Marques	
DOI 10.22533/at.ed.52519210828	
CAPÍTULO 29	334
LETRAMENTO E LEITURA LITERÁRIA NA ESCOLA	
Gislene de Sousa Oliveira Silva	
DOI 10.22533/at.ed.52519210829	
CAPÍTULO 30	345
LITERATURA INFANTIL NA ESCOLA: REPRESENTAÇÕES DE FAMÍLIA NO DISCURSO DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Camila Bonin Liebgott Rosa Maria Hessel Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.52519210830	
SOBRE OS ORGANIZADORES	359
ÍNDICE REMISSIVO	360

AS AÇÕES EDUCACIONAIS DO GOVERNO FEDERAL DE INCLUSÃO PARA ALUNOS SURDOS NO ENSINO REGULAR: E AS IMPLICAÇÕES SÓCIOESPACIAIS

Gilmar Oliveira da Silva

Universidade Estadual de Feira Santana - UEFS

Feira de Santana-BA.

Patrícia Almeida dos Santos

Universidade Estadual de Feira Santana - UEFS

Feira de Santana-BA.

Cristiane Oliveira dos Anjos

Universidade Estadual de Feira Santana - UEFS

Feira de Santana-BA.

RESUMO: A educação inclusiva é um dos temas que mais discutido dentro do âmbito educacional, devido a sua relevância e seus desafios impostos pela sociedade. Este artigo tem como objetivo propor uma reflexão e conseqüentemente uma discursão acerca dos direitos dos surdos, considerando sua inclusão tanto dentro do processo educacional, quanto de construção da sociedade. Buscando analisar o cumprimento efetivo dos direitos dos surdos, fez-se uma leitura das leis que os ampara e, por meio desta, avaliar o processo de inclusão que proporciona a interação e a comunicação destes alunos com o mundo exterior. O estudo está orientado de acordo com os marcos legais que norteiam a acessibilidade dos surdos, a partir da democratização da educação e do cumprimento das diretrizes e bases estabelecidas nas leis.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Inclusiva.

Surdos. Direitos.

ABSTRACT: Inclusive education is one of the topics most discussed within the educational field, due to its relevance and its challenges imposed by society. This article aims to propose a reflection and consequently a discourse about the rights of the deaf, considering their inclusion both within the educational process and the construction of society. seeking out analyze effective compliance of rights of deaf, it was made a reading of the laws that support them and, by means of this one, to evaluate the process of inclusion that provides the interaction and the communication of these students with the outside world. The study is oriented according to the legal frameworks that guide the accessibility of the deaf, from the democratization of education and compliance with the guidelines and bases established in the laws.

KEYWORDS: Inclusive education. Deaf people. Rights.

1 | INTRODUÇÃO

Os parâmetros legais para a língua de sinais é uma conquista da comunidade surda, após um longo período de luta e exclusão, mas apesar de ter seus direitos previstos por leis a

comunidade surda ainda enfrenta várias dificuldades para que seus direitos sejam atendidos e respeitados; com base nessa assertiva surgiu a seguinte indagação: de que forma as ações educacionais do governo federal de inclusão de pessoas com necessidades especiais estão, sendo implantada no Brasil? E como esse processo de inclusão repercute perante as implicações socioespaciais existente no país?

Devido às referidas indagações esse trabalho tem como objetivo fazer uma análise acerca dos direitos dos alunos surdos, a partir das às ações educacionais do governo federal de inclusão para alunos surdos no ensino regular e as implicações socioespaciais no país. Para atingimos esse objetivo foi feita uma pesquisa sobre o assunto, procurando da ênfase as leis que garantem os direitos dos surdos. Para isto a presente pesquisa pode ser classificada, quanto aos meios de investigação, como: bibliográfica tendo em vista que foi desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos; e documental uma vez que se utilizou de documentos como a Lei de Diretrizes Bases-LDB, a pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica, a única diferença segundo Gil (2008), entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica utiliza-se fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborada de acordo com os objetivos da pesquisa. Dessa forma o presente artigo possui um recorte temporal partindo do ano 1880 quando ocorreu o congresso de Milão, cujo ficou decidido que a comunidade surda não deveria mais usar a língua de sinais e, por conseguinte a imposição do oralismo até 2002 quando a lei nº10.436, de 24 de abril de 2002 em seu Art. 1º é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associadas.

2 | A EDUCAÇÃO ESPECIAL E AS POSSÍVEIS IMPLICAÇÕES SOCIOESPAIAIS

As principais implicações para a educação especial estão associadas a um processo de segregação sócioespacial, juntamente com a falta de professores capacitados para atender a este público, ausência de materiais pedagógicos adequados às necessidades dos educandos, e a carência de esclarecimento à sociedade em geral, em relação à inclusão social, pois esta deve aceitar e valorizar a contribuição de cada um de acordo com suas condições pessoais.

A educação inclusiva vem sendo discutida no cenário educacional com o intuito de proporcionar a formação de cidadãos com o desenvolvimento das suas capacidades para serem reconhecidos como sujeitos atuantes dentro da sociedade, sendo vistos e respeitados de acordo com suas especificidades.

Assim como define Rodrigues (2000) *apud* Freire (2008):

A Educação Inclusiva assume-se como respeitadora das culturas, das capacidades e das possibilidades de evolução de todos os alunos. A Educação Inclusiva aposta na escola como comunidade educativa, defende um ambiente de aprendizagem diferenciado e de qualidade para todos os alunos. É uma escola que reconhece as diferenças, trabalha com elas para o desenvolvimento e dá-lhe um sentido, uma dignidade e uma funcionalidade (p. 7-8).

O conceito de inclusão perpassa pela esfera educacional, político e social, que ampara os indivíduos por meio dos direitos, para que estes integrem e interajam na sociedade. Segundo Freire (2008), “a inclusão é um movimento educacional, mas também social e político que vem defender o direito de todos os indivíduos participarem, de uma forma consciente e responsável, na sociedade de que fazem parte, e de serem aceites e respeitados naquilo que os diferencia dos outros”.

No tocante a educação, de acordo com Freire (2008), a inclusão tem a incumbência de assegurar o direito da ampliação das potencialidades individuais de cada indivíduo a fim de permitir o desenvolvimento das competências e exercício dos direitos da cidadania por meio de uma educação efetiva que leva em consideração as particularidades de cada sujeito.

Com expansão do capitalismo na sociedade moderna as cidades principalmente as grandes metrópoles se torna cada vez mais excludente, gerando, assim o processo de separação das diferentes classes sociais em determinados espaços no interior das cidades, promovendo o afastamento ou isolamento e dificultando ou coibindo o contato entre essas diferentes classes sociais, ou seja, em outras palavras à segregação sócioespacial.

Para Roma (2008), na sociedade capitalista, somente a análise sócioespacial é capaz de englobar todos os processos que levam à segregação, segundo a autora:

Adotamos o conceito de segregação sócioespacial, pois as relações sociais, econômicas e culturais refletem-se no espaço e são, também, por ele determinadas. Dessa forma, no âmbito da dinâmica resultante das relações espaço sociedade, o espaço oferece condições para a vida, transformando o homem e suas relações sociais, bem como os homens, por meio de suas relações sociais, (re) configuram continuamente o espaço. (ROMA, 2008.p.33)

Negri (2008) indica que a “segregação não é simplesmente e somente um fator de divisão de classes no espaço urbano, mas também um instrumento de controle desse espaço” dessa forma utilizando a segregação não como uma mera constatação da localização das diferentes classes sociais no espaço urbano, pelas suas afinidades, mas sim, compreendendo que a segregação sócioespacial é fruto das contradições das relações sociais, das lutas de classes no sistema capitalista, refletidas e propagadas na organização e estruturação do espaço. Nas últimas décadas o governo federal vem implantando ações educacionais de inclusão para alunos com necessidades especiais no ensino regular, esse processo vem ampliando a participação de todos os estudantes nas instituições de ensino. Essas ações tratam se de uma restauração da cultura das políticas vivenciadas nas escolas de modo que responda a diversidades dos alunos visando ações democráticas e humanísticas que

respeitem as suas singularidades. Martins (2002.p.11), aborda que “[...] a sociedade que exclui é a mesma sociedade que inclui e integra que cria formas também desumanas de participação, na medida em que delas se faz condição de privilégios e não de direitos”, ou seja, temos dentro da sociedade capitalista um processo social excludente, na qual é marcado pela privação social e cultural e que tende a excluir, mas ao mesmo tempo procura incluir, ainda que seja de forma degradante. Para entender o termo inclusão é necessário compreender o processo de exclusão, para (MITTLER, 2003, p.79).

A exclusão social começa muito cedo, muito antes de o bebê nascer. A exclusão social tem raízes na pobreza, na moradia inadequada, na doença crônica e no longo período de desemprego. São negados às crianças nascida na pobreza os recursos e as oportunidades disponíveis para as outras crianças. Algumas delas enfrentam obstáculos adicionais por causa do seu gênero, da sua raça, da sua religião ou de sua deficiência (MITTLER, 2003, p.79).

Para Mittler (2003), a exclusão está presente na mais diversa forma de relações do tipo econômicas, sociais, culturais e políticas da sociedade e por isso ela é social, porque a privação não é individual mais sim algo coletivo na sociedade.

Dessa forma, o conceito de exclusão social exige um olhar para a totalidade dos problemas e das desigualdades da sociedade, para que possamos perceber a necessidade de uma mudança estrutural e profunda na sociedade como um todo.

3 | MARCOS LEGAL DA INCLUSÃO DOS SURDOS NO ENSINO REGULAR

A língua de sinais possui características próprias por ser uma comunicação espaço visual, sua aceitação demorou a acontecer devido à imposição do modelo ouvinte. Historicamente os surdos sofreram e sofrem preconceitos pela não aceitação da sua identidade linguística. Durante muito tempo o sinônimo de surdez era atribuído a uma patologia com a extrema necessidade de cura, pois só a partir disto o surdo seria inserido na sociedade.

Em 1880, no congresso de Milão (Itália), ficou acordado que os surdos deveriam utilizar a linguagem oral para se expressar, proibindo assim a língua de sinais, alegando que o uso da mesma poderia destruir a capacidade de fala dos surdos. Essa proibição durou 100 anos (período conhecido pelos surdos como o século das trevas) e acarretou no retardo do seu desenvolvimento. Respingando no Brasil onde o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) foi influenciado pelo congresso de Milão que causou a proibição do uso da língua de sinais e a imposição do oralismo como método oficial de comunicação para os surdos.

Em 1960 alguns pesquisadores como Wiliam Stokoe começaram a dar seu respaldo à bandeira de luta dos surdos comprovando que a língua de sinais é verdadeiramente uma língua. Wiliam Stokoe confirma que a língua de sinais tem a um valor linguístico semelhante às línguas orais e que cumprem a mesma função, isto permite ao surdo se expressar em qualquer nível de abstração tanto no que

refere à estrutura quanto no que se refere à gramática.

A Língua Brasileira de Sinais - (BRASIL, 2002), Libras reconhecida, na lei nº10.436, de 24 de abril de 2002 no artigo 1º, como meio legal de comunicação, expressão e outros recursos a ela associadas garante que:

Artigo 3º- As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva de acordo com as normas legais em vigor. Artigo 4º- O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do distrito federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de educação especial, de fonoaudiologia e de magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da língua brasileira de sinais (...).

Embora tais compromissos não sejam respeitados pelos órgãos governamentais, que alegam não prover de recursos para o atendimento educacional das escolas públicas, o que dificulta a inclusão social. Tal visão sobre a educação do surdo necessitar de uma revisão na base curricular para melhoria da educação dos mesmos baseados na própria comunidade surda.

Posto dessa forma, essas leis são instrumentos que viabilizam inclusão dos surdos, apesar de não serem cumpridas devidamente. Por meio delas os surdos tem como reivindicar seus direitos e conseguir que eles sejam atendidos, além de ser uma forma de validar a linguagem de sinais que até hoje sofre preconceitos por parte dos ouvintes que não aceitam a heterogeneidade linguística e banalizaram a língua de sinais e ridicularizaram os surdos por serem diferentes.

A língua de sinais é a representação cultural da comunidade surda e como tal possui particularidades próprias de sua cultura, a mesma não se constitui como mimica ou tradução da língua portuguesa ou de qualquer outra língua. Sendo assim, os surdos têm seus direitos assegurados por lei, no entanto muitos deles os desconhecem e os órgãos responsáveis por assegurarem tais direitos não os cumprem.

A lei de Salamanca estabelece uma educação bilíngue para a comunidade surda, politicamente construída tanto quanto sócio linguisticamente justificada. Portanto, que se tenha um currículo em LIBRAS e uma pedagogia centrada no ensino da escrita, no caso dos surdos brasileiros, o português. A escola ao considera o surdo como ouvinte numa lógica de igualdade, lida com a pluralidade dessas pessoas de forma contraditória, ou seja, nega-lhe sua singularidade de indivíduo surdo (SILVA, p.20,2001).

A Declaração da Salamanca no artigo 19 consta que “as políticas educacionais deveriam levar total consideração às diferenças e as situações individuais. A importância da língua de sinais como meio de comunicação entre os surdos, por exemplo, deveria ser reconhecida”.

Em 1996 foi estabelecida a lei de diretrizes e bases (LDB- Lei nº 9.394/1996) na qual no artigo 58, capítulo 5º, define a educação especial como uma modalidade escolar para educandos portadores de necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino para educandos com deficiência, transtornos globais do

desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

No artigo 59 da lei de diretrizes e bases (LDB- Lei nº 9.394/1996), é definido que o sistema de ensino deve assegurar, entre outras coisas, professores especializados ou devidamente capacitados para atuar com qualquer ‘pessoa especial’ em sala de aula.

Artigo 59. Os sistemas de ensino devem assegurar:

III- professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV- educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V- acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Tal como referido na Lei Salamanca e na Libras, a LDB também assegura, de modo geral, os direitos dos surdos, nos espaços escolares e sociais, aos quais devem permitir a plena integração dos mesmos nos diversos âmbitos da sociedade, visando a inclusão e a retaliação das ações discriminatórias, possibilitando a criação solidárias de comunidades abertas com o intuito de edificar uma sociedade verdadeiramente inclusiva e com educação para todos.

4 | CONSIDERAÇÕES

O presente artigo traz as algumas leis que garantem a inclusão de surdos e mudos tanto no âmbito escolar quanto no meio social. A discursão a respeito das imposições que os surdos sofreram aparece nitidamente como forma de mostrar a as melhorias que se teve com o passar dos anos e o que ainda precisa ser melhorado.

As escolas ainda precisam se destacar como local privilegiado para favorecer o processo de inclusão social dos cidadãos. Sendo assim entende-se por educação inclusiva o processo que ocorre em escolas de qualquer nível preparadas para propiciar um ensino de qualidade a todos os alunos independentes de seus atributos pessoais. Contudo nota-se que as escolas comuns para torna-se inclusiva ainda precisa passar por um processo de transformações, sendo modificada para ter

capacidade de acolher qualquer aluno incondicionalmente e de propiciar uma educação de qualidade.

Entretanto ficou evidente que o governo brasileiro passou a dar mais atenção a educação especial a partir da Constituição Federal de 1988 na qual garante o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente em rede regular de ensino, na qual prevê a inclusão do educando com necessidade especial no ensino regular com a finalidade de tornar real a inclusão desses educando no meio social, interagindo com outros educandos e se desenvolvendo de forma mais Natural, isso através da vivência e do diálogo existente entre os sujeitos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto- nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

FREIRE, Sofia. Um olhar sobre a inclusão. **Revista da Educação**, Vol. XVI, nº 1, p. 5- 20, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GLAT, Rosana. **Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2009.

MARTINS, J. de S. / **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**/ José de Souza Martins. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MAZZOTTA, Marcos Jose da Silveira. **Educação especial no Brasil: historia e politicas públicas**. São Paulo: Cortez, 2001.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva: Contextos sociais**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2003.

NEGRI, Silvio M. **COLETÂNEAS DO NOSSO TEMPO**, Rondonópolis - MT, v. VII, nº 8, p. 129 a 153, 2008.

PEREIRA, Rachel de Carvalho. **Surdez: aquisição da linguagem**. Rio de Janeiro: Editora Revinter, 2008.

ROMA, Cláudia Marques. **Segregação sócioespacial em cidades pequenas**/ Cláudia Marques Roma: [s.n.], 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UNESP/Faculdade de Ciências e Tecnologia – Campus de Presidente Prudente.

SILVA, Marília da Piedade Marinho. **A construção de sentidos na escrita do aluno surdo**. 2 ed. São Paulo: Editora Plexus, 2001.

SOBRE OS ORGANIZADORES

KEYLA CHRISTINA ALMEIDA PORTELA - Secretária Executiva formada pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Licenciada em Língua Inglesa e Espanhola pelo Centro Universitário de Varzea Grande – UNIVAG. Especialista em Linguística Aplicada pela Unioeste, Especialista em Gestão de Processos e qualidade pela Uninter, Especialista em Recursos Humanos pela Uninter, Especialista em Gestão de projetos pela Uninter, Especialista em Gestão e Docência em Ead pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Especialista em Didática do Ensino Superior pela Unipar, Especialista em Formação de professores pela UTFPR. Especialista em MBS – Master Business Secretaries pela Uninter. Mestre em Educação pela Universidade de Lisboa e Doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCSP). Desenvolve trabalhos nas áreas de educação, ensino e gestão. Atualmente é docente do Instituto Federal do Paraná – Campus Assis Chateaubriand. E-mail para contato: keylaportela@bol.com.br

ALEXANDRE JOSÉ SCHUMACHER – Secretário Executivo formado pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE; Bacharel em Administração de Empresas com Habilitação Administração Hospitalar; Tecnólogo em Comércio Exterior; Doutor com menção internacional em Economia e Direção de Empresas; Tese resultante do processo de doutoramento foi premiado internacionalmente no prêmio “Adalberto Viesca Sada” pela Universidade de Monterrey no México no ano de 2015; possui Mestrado em Administração de Empresas; Especializações Lato Sensu em: Comércio Exterior para Empresas de Pequeno Porte; Docência no Ensino Superior; Administração e Marketing; MBA em Planejamento e Gestão Estratégica; MBA em Administração e Gerência de Cidades; Gestão Escolar; Administração em Agronegócios.. Já atuou como consultor em grupos empresariais em setores específicos; realiza palestras em conferências em temas específicos relacionados a sua área de formação e de desenvolvimento de pesquisas. É Pesquisador de temáticas relacionadas com as empresas familiares e suas dinâmicas. É Practitioner em PNL e Hipnose Moderna. Atualmente é docente do Instituto Federal do Paraná – Campus Assis Chateaubriand. E-mail para contato: alexandre.jose.schumacher@gmail.com

ÍNDICE REMISSIVO

A

Afetividade 1, 12

B

Braille 27, 28, 34, 35, 124, 125, 126, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137

Bullying 150, 151, 152, 155

C

Controvérsias jurídicas 212, 224

Creche 212, 232

Currículo 30, 33, 34, 35, 92, 105, 113, 212, 231, 358

D

Deficiência Visual 27, 30, 32, 33, 35, 125

Desenvolvimento 51, 62, 66, 71, 76, 78, 100, 152, 202, 211, 223, 224, 225, 226, 260, 285, 300, 305

Desenvolvimento Motor 202

Direitos humanos 178

Disciplina 90

Diversidade 113, 287, 302

Divisão do trabalho 212

E

Educação 2, 5, 2, 12, 13, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 61, 64, 65, 66, 67, 70, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 88, 90, 91, 100, 102, 103, 113, 114, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 136, 137, 138, 140, 141, 144, 146, 149, 150, 152, 155, 156, 157, 158, 159, 164, 165, 166, 167, 168, 177, 178, 191, 192, 200, 211, 212, 214, 216, 217, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 229, 230, 231, 232, 243, 255, 257, 258, 259, 260, 262, 266, 267, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 301, 302, 304, 305, 306, 308, 309, 314, 319, 321, 327, 332, 333, 334, 344, 345, 358, 359

Educação do Campo 36, 273, 275, 276, 280, 286, 287

Educação Especial 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 124, 125, 126, 136, 137, 146, 149, 273, 276, 277, 280, 287, 288, 289, 290, 291, 293, 295, 296, 301, 302, 304, 305, 306

Educação Inclusiva 126, 127, 138, 140, 144, 146, 273, 274, 276, 277, 278, 279, 280, 286, 287, 290, 291, 292, 293, 295, 296, 302, 306

Ensino 1, 29, 34, 35, 64, 72, 73, 78, 103, 150, 183, 184, 185, 186, 192, 193, 200, 225, 257,

259, 260, 261, 262, 263, 267, 272, 297, 299, 300, 303, 304, 305, 306, 307, 309, 312, 314, 319, 320, 321, 322, 323, 325, 332, 335, 337, 342, 347, 359

Ensino aprendizagem 78

Ensino Colaborativo 297, 299, 300, 303, 304, 305, 306

Ensino Superior 1, 267, 359

F

Formação Continuada 273, 276

G

Gestão Educacional 64, 257

I

Interdisciplinaridade 90, 91, 100

L

Leitura literária 342

M

Microcefalia 202, 211

Musicalização Infantil 78

P

Paralisia Cerebral 202, 204

Percepção 149, 179, 183, 186, 187

Pessoa com deficiência visual 27

Política educacional 27

Prática Pedagógica 125

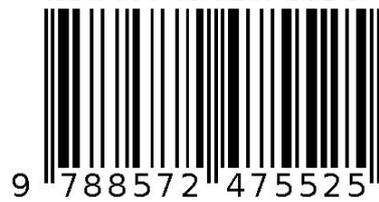
Práticas Docentes 1

S

Sistema Nacional de Educação 257, 258, 272

Surdos 138, 141, 289

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-552-5



9 788572 475525